

FÓRUM DO PARTENON RECEBE PRIMEIRO CENTRO JUDICIÁRIO DE MEDIAÇÃO FAMILIAR

# JORNAL DA AJURIS

ANO 17 NÚMERO 279 SETEMBRO A NOVEMBRO DE 2013



# CONSTITUIÇÃO

AJURIS CONTRIBUIU COM A CARTA DA DEMOCRACIA

**PEC 187:** MAGISTRADOS QUEREM ELEIÇÕES  
DIRETAS NO JUDICIÁRIO

## INSTITUCIONAL

*Resgatar o passado, mirar o futuro*

*Próxima de completar setenta anos, a mais antiga associação de magistrados do nosso país tem um passado do qual pode se orgulhar.*

*Ao ensejo da comemoração dos 25 anos da Constituição Cidadã, esta edição do Jornal da AJURIS resgata um dos momentos mais marcantes da nossa entidade: a contribuição fundamental da magistratura gaúcha para a construção de um texto democrático, em especial – mas não só – no capítulo dedicado ao Poder Judiciário.*

*Podemos retornar 25 anos e vemos um Ivo Gabriel, um Stefanello, um Gischkow, um Milton, um Tedesco, que junto com tantos outros colegas protagonizaram esse capítulo da nossa história, redobra nosso orgulho por sermos magistrados do Rio Grande do Sul e associados da AJURIS.*

*É tão mais importante esse sentimento porque muitas vezes nos vemos desvalorizados na jurisdição, incapazes de dar conta da demanda, incompreendidos por uma sociedade que cobra resultados e nos responsabiliza por mazelas sociais.*

*Pois, não só é fundamental o nosso lugar de julgadores, como, mais do que isso, exercemos coletivamente um papel democrático, que nos alça à condição de protagonistas da República Brasileira.*

*A atuação dos nossos colegas de 1988, vários dos quais continuam a contribuir na busca desse norte democrático a que a Magistratura riograndense é vocacionada, serve de estímulo para que encaremos o futuro com a certeza de que a AJURIS tem um papel fundamental na construção de um estado e de um país mais democráticos e mais justos.*

*É o resgate desse passado que nos serve de inspiração para a construção do nosso futuro.*



## EXPEDIENTE

## ASSOCIAÇÃO DOS JUÍZES DO RIO GRANDE DO SUL

**Presidente:**

Pio Giovani Dresch

**Vice-presidente Administrativo:**

Eugênio Couto Terra

**Vice-presidente de Patrimônio e Finanças:**

André Luís de Moraes Pinto

**Vice-presidente Cultural:**

Maria Lucia Boutros Buchain Zoch Rodrigues

**Vice-presidente Social:**

José Antônio Azambuja Flores

**Jornal da AJURIS****Diretora de Comunicação:**

Rute dos Santos Rossato

**Subdiretora de Comunicação:**

Elisabete Maria Kirschke

**Conselho de Comunicação:**

Túlio de Oliveira Martins, João Armando Bezerra Campos, Leoberto Narciso Brancher, Maria Cláudia Mercio Cachapuz, Carlos Alberto Ectheverry

**Jornalista-chefe:**

Grasiela Duarte

**Equipe de jornalismo:**

Jeane Bordignon e Rodrigo Borba

**Projeto gráfico e diagramação:**

Rodrigo Moraes - Esparta Design

**Foto da capa:** Arquivo Agência Brasil**Tiragem:** 2.000 exemplares**Endereço:**

Rua Celeste Gobbato, nº 81 Praia de Belas  
Porto Alegre/RS – CEP 90110-160

Telefone: (51) 3284-9100 Fax: (51) 3284-9132

E-mail: [imprensa@ajuris.org.br](mailto:imprensa@ajuris.org.br)

Site: [www.ajuris.org.br](http://www.ajuris.org.br)

*Pio Giovani Dresch*

PRESIDENTE DA AJURIS

# DO INFERNO AO PURGATÓRIO

Pio Giovanni Dresch \*

Um misto de contentamento e frustração. Se é possível imaginar um sentimento assim ambíguo, certamente ele se aplicará à aprovação, pela Câmara dos Deputados, do Projeto de Lei Complementar 238/2013, que altera os índices de correção e remuneração das dívidas de Estados e Municípios com a União.

Há muito tempo se denunciava o enorme desequilíbrio resultante de contratos firmados em 1997 e 1998, que impuseram a Estados e Municípios um parcelamento de trinta anos, em que parcela muito significativa de sua receita era destinada a transferir recursos para a União e, como ficou claro com o Rio Grande do Sul, ver mesmo assim suas dívidas crescerem mais e mais.

Os contratos estabeleceram uma situação de total desequilíbrio, porque combinaram a correção monetária pelo IGP-DI, índice elevado, que já nos primeiros anos excedeu os índices oficiais em mais de 30%, com juros nominais de 6% ao ano. O resultado foi desastroso: no Rio Grande do Sul, em 15 anos, com todos os pagamentos realizados, a dívida saltou de 10 bilhões para mais de 42 bilhões.

A intensa mobilização que há anos vem se realizando, seja entre prefeitos e governadores, seja no âmbito da sociedade civil, e que no nosso estado teve forte adesão de dezenas de entidades no movimento *Dívida do RS: vamos passar a limpo essa conta!*, finalmente teve um resultado palpável. No caso do Rio Grande do Sul, se as novas regras tivessem valido já em 2012, isso teria significado uma diferença de cerca de 1,5 bi-

lhão no crescimento da dívida. Por isso, não há como deixar de se congratular pelo avanço obtido.

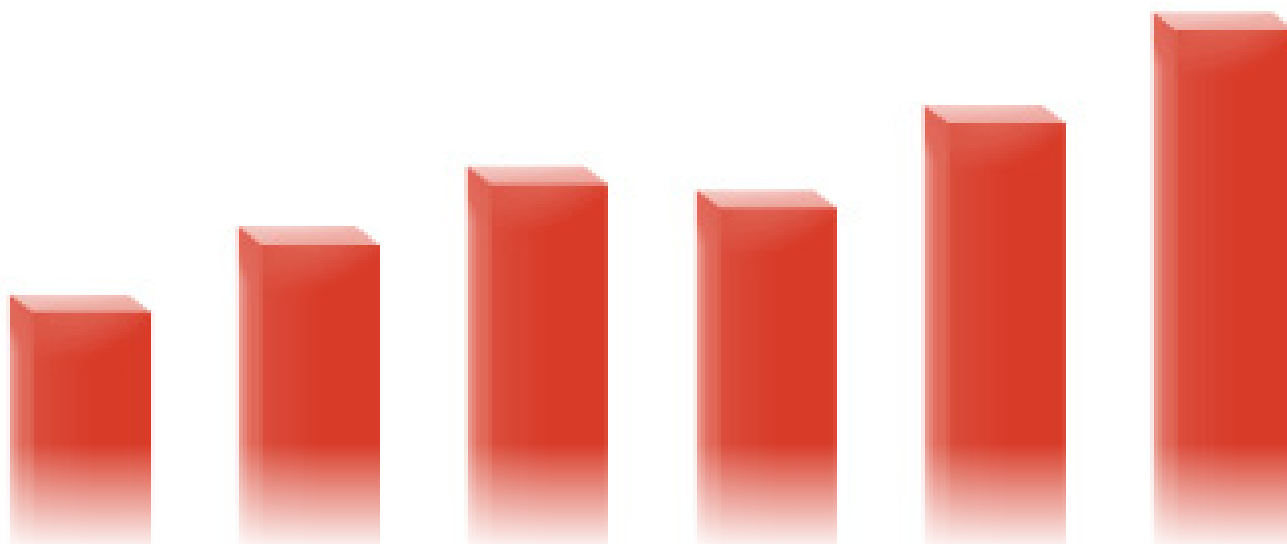
Mas foi um avanço tímido, que em nada afetará o comprometimento do Estado nos próximos quinze anos: o RS continuará a pagar aproximadamente 2,5 bilhões ao ano, e chegará em 2018 ainda com uma dívida altíssima, a ser quitada nos dez anos seguintes. O fato de não se ter obtido ao menos a incidência para o passado dos novos índices (IPCA + 4% ou SELIC) levou a uma consolidação do aumento artificial ocorrido nos primeiros anos, causador do saldo altíssimo de 42 bilhões, que em muito ainda fará sangrar o nosso Estado.

*No Rio Grande do Sul, em 15 anos, com todos os pagamentos realizados, a dívida saltou de 10 bilhões para mais de 42 bilhões.*



A União cedeu ao movimento e isso é positivo, mas cedeu nas condições por ela estabelecidas e, quando se questionou a timidez da proposta, com a arrogância de quem sabe ter a faca e o queijo na mão, o Executivo mandou a mensagem: “é pegar ou largar”. E a Câmara dos Deputados entendeu a mensagem.

Por isso, podemos hoje comemorar terem nos levado do inferno ao purgatório.





## HOMENAGENS

# O LEGADO DE SÍLVIO ALGARVE

As sentenças exemplares, o bom senso, a atuação responsável, os ensinamentos, tudo isso compõe o legado deixado pelo juiz Sílvio Luís Algarve. Na lembrança dos amigos e dos colegas de trabalho que o homenagearam em sua cidade natal, Passo Fundo, no dia 25 de outubro, Algarve será sempre referência de um excelente magistrado. O evento foi realizado no salão do júri do Foro de Passo Fundo, onde Algarve, falecido em dezembro passado, atuou por dezesseis anos.

A trajetória e as sentenças de Algarve estão na memória de quem conviveu com ele. E os juízes Luís Christiano Enger Aires, Dulce Ana Gomes Oppitz e Carlos Eduardo Richinitti, organizaram o livro *Sentenças de Sílvio Algarve – Um legado à magistratura gaúcha*, para disponibilizar os ensinamentos às gerações futuras. “As decisões dele servem de repertório para as nossas. Eram aulas sobre o direito e sobre a vida. Essa homenagem nada mais é do que uma tentativa de dizer ao Sílvio que nós ouvimos muito bem o que ele tinha a nos dizer”, resumiu Aires.

Para o desembargador Arminio José Abreu Lima da Rosa, Sílvio Algarve foi mais do que um magistrado exemplar, foi uma pessoa desprovida de vaidade, de uma humildade cativante e extremamente equilibrado, dotado de bom senso, razoabilidade, e uma visão positiva da aplicação do Direito. “O que de positivo pode se reconhecer nos dois anos em que fui presidente do TJRS, devo a Sílvio Algarve”, afirmou.

Atencioso com todos, Algarve conquistou grandes amizades por onde passou. O advogado Marcos Mattos recordou do grande amigo que tinha em Algarve. Mattos revelou que Algarve sempre pedia as camisas dos times em que seu filho, Marquinho, jogava futebol. Ele quebrou o protocolo e entregou a camisa do clube atual de

Marquinho, o Roma, para a família de Algarve. O filho do homenageado, João Henrique, recebeu o presente com emoção. “E foi um juiz com uma visão extraordinariamente linda do que é a vida, de que o Direito está por saudar a vida”, ressaltou.

Respeito, educação e cordialidade também marcaram a vida de Algarve. O procurador de Justiça Delmar Pacheco destacou que Sílvio Algarve compreendia o papel do advogado na construção da Justiça, e que no trato com os servidores do Judiciário era sempre respeitoso e carinhoso. “Nunca vi o Sílvio dizer uma palavra áspera a alguém”.

A esposa do homenageado, Maria Lúcia Kurtz Amantino Rodrigues da Silva Algarve foi presenteada com flores, entregues pela vice-presidente Cultural da AJURIS, Maria Lúcia Boutros Buchain Zoch Rodrigues. Também participaram da homenagem o diretor do foro de Passo Fundo, Maurício Ramires, o presidente do Tribunal de Justiça, Marcelo Bandeira Pereira, e o corregedor-geral de Justiça, Orlando Heemann Júnior.

No evento foram distribuídos exemplares do livro, que foi lançado no dia 26 de setembro, data de nascimento de Algarve, durante o X Congresso Estadual de Magistrados, em Santana do Livramento. Na ocasião, o presidente da AJURIS, Pio Giovani Dresch, destacou que Algarve foi um dos expoentes da Magistratura, não só pelo conhecimento jurídico, mas pelo humanismo na aplicação do Direito. A magistrada Dulce Oppitz destacou a importância de ter convivido com Sílvio Algarve e os ensinamentos deixados por ele. “Sílvio era uma pessoa especial não só pela sensibilidade, mas também pela retidão de caráter, pela confiabilidade.”

*“O Direito não pode ser um fator que inviabilize a vida de relação, retirando toda a espontaneidade das pessoas e contemplando em seu manto simples melindres ou suscetibilidades exageradas. Quem não quiser experimentar os mínimos dissabores, superáveis sem qualquer sequela, então deverá manter-se numa redoma, isolando-se da vida em sociedade, onde a falibilidade humana estará sempre presente, mas repita-se, tolerável em várias de suas manifestações sem que isso signifique produzir lesão mensurável e que necessite a recomposição.”*

“

**(Por Sílvio Algarve em 2003,  
do livro *Sentenças de Sílvio Algarve*)**



**Maria Lúcia Kurtz  
Amantino Rodrigues  
da Silva Algarve, esposa  
de Sílvio Algarve**

***“Sílvio era uma pessoa extremamente humilde. E se na vida não brilhou mais, foi exatamente em função dessa humildade. Ele achava que a importância da sentença não era pela autoridade dele como juiz e julgador, mas pela necessidade de que as pessoas entendessem por que estava decidindo assim. Nos últimos dias, em que Sílvio já não estava bem, queria continuar fazendo audiências, eu dizia ‘não tens condições’, e ele respondia ‘mas eu sou juiz!’”***



**João Henrique  
Algarve, filho  
de Sílvio Algarve**

***“É muito bom saber que não foi só no convívio direto e familiar, em que eu tive o privilégio de ser tocado, mas todas as pessoas também foram tocadas pelo meu pai, de alguma outra forma. Hoje sou advogado, trabalho numa câmara de arbitragem em São Paulo, e sem dúvida nenhuma graças à influência, ao apoio e ao exemplo que sempre me deu.”***



## *O Centenário Garibaldi Wedy*

O desembargador Garibaldi Almeida Wedy lembra histórias dos 100 anos que completou no dia 22 de outubro, citando ainda de memória as datas mais importantes de sua trajetória.

Wedy foi aprovado no primeiro concurso realizado para o Ministério Público, em 1941, assumindo o cargo de promotor público na comarca de Ijuí. Quatro anos depois, em maio de 1945, ingressou na Magistratura como juiz de Direito da comarca de Sobradinho, quando acumulou a jurisdição com o cargo de prefeito municipal até que se realizassem as eleições daquele ano. De lá seguiu para Lajeado, Soledade, São Luiz Gonzaga e Santa Maria, chegando enfim à capital, onde foi juiz da 1ª Zona Eleitoral de Porto Alegre, quando na cidade só existiam duas zonas eleitorais. Em 5 de maio de 1969, assumiu o cargo de desembargador no Tribunal de Justiça, do qual se aposentou em 1974.

Às vésperas de completar 100 anos, Garibaldi Wedy foi homenageado pelo Conselho Executivo da AJURIS. Visivelmente emocionado, disse que a homenagem da AJURIS é um troféu. “Tudo quanto eu poderia dizer sobre a AJURIS acho que já disse em alguns dos meus livros. A passagem pela AJURIS me deu uma enorme satisfação e uma imensa alegria. A palavra gratidão me acompanha e é com gratidão que eu recebo esse troféu.”

O magistrado Felipe Rauen propôs ao Conselho Deliberativo uma homenagem a Garibaldi Wedy, que está marcada para o Dia da Justiça, 8 de dezembro, na Sede Campestre.

*“Atingir um centenário de vida, com saúde e lucidez, com probidade e dignidade, é um privilégio que só os escolhidos alcançam e merecem.*

*O Des. Garibaldi Wedy, que agora completa cem anos, é parte integrante da história do Brasil, do Rio Grande do Sul e da sua magistratura, vivendo, enquanto prestava jurisdição exemplar, episódios políticos marcantes que mudaram nosso Estado e nosso País.*

*Ao Des. Garibaldi, a homenagem dos seus colegas de magistratura, associados da Ajuris, com votos de que permaneça por ainda muito tempo entre nós.”*

“

(TEXTO DA PLACA ENTREGUE A GARIBALDI WEDY PELA AJURIS)

## CENTRAL DE PRECATÓRIOS

## PAGAMENTOS RECORDES EM 2013



*Recebemos essa homenagem extensiva a todos que participaram deste processo de melhoria da Central.*

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul pagará R\$ 600 milhões em precatórios em 2013. A quantia representa um recorde, porque é superior à soma do valor desembolsado nos últimos dois anos – R\$ 244 milhões em 2012 e R\$ 281 milhões em 2011 – que totalizaram R\$ 525 milhões. Esse resultado é fruto de um trabalho conjunto desempenhado pela Central de Conciliação de Precatórios do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), Secretaria da Fazenda, Instituto de Previdência do Estado (IPERGS) e Procuradoria-Geral do Estado (PGE).

Segundo o coordenador da Central, o juiz de Direito Luiz Antonio Alves Capra, o resultado é fruto do trabalho das Varas da Fazenda e da reorganização do setor, que tinha muitos precatórios para baixar e regularizar, o que deu agilidade aos pagamentos. Ele destaca o empenho do 1º Grau na inscrição de novos precatórios, que atingiu um novo recorde: para 2014, estão inscritos 7.700 novos precatórios, o que representa R\$ 960 milhões em pagamentos. “Muitos foram apenas regularizados, porque faltava um ou outro item para estarem aptos à inscrição no orçamento”. Para entrar na previsão orçamentária do próximo ano, o precatório precisa chegar até o dia primeiro de julho na Central.

O magistrado destaca que o Tribunal é um veículo para que os pagamentos aconteçam, mas com a Emenda Constitucional nº 62/2009 passou a ser responsável por efetivar os pagamentos. O texto determina que as dotações orçamentárias e os créditos abertos sejam consignados ao Poder Judiciário, cabendo ao presidente do TJ proferir a decisão de execução, determinar o pagamento integral e autorizar, a requerimento do credor e exclusivamente para os casos de preterimento de seu

direito de precedência ou de não alocação orçamentária do valor, o sequestro da quantia respectiva.

O trabalho da equipe foi reconhecido pela Assembleia Legislativa durante o II Fórum da Semana Estadual de Conscientização dos Direitos dos Precatoristas. A homenagem foi entregue ao coordenador da Central, Luiz Antonio Alves Capra, e ao presidente do TJ/RS, Marcelo Bandeira Pereira. “Recebemos essa homenagem extensiva a todos que participaram deste processo de melhoria da Central. É uma construção coletiva”, frisou o coordenador.

Em 2013, o Estado vem destinando, por mês, 1,5% do total da receita líquida, o que é previsto em lei e corresponde a, aproximadamente, R\$ 30 milhões, para os pagamentos. Desse valor depositado pela administração, mais resíduo e rendimentos, metade é destinada ao pagamento da ordem cronológica de apresentação do precatório. Nessa categoria, devido ao grande volume de precatórios, se estabeleceu a metodologia de pagar primeiro os precatórios alimentares, no limite de até 120 salários mínimos, para credores preferenciais, como idosos e portadores de doenças graves. “Um credor com precatório de R\$ 300 mil vai receber até 120 salários mínimos de adiantamento, desde que comprove a necessidade”, exemplifica. “Na ordem cronológica, até agora, só conseguimos pagar preferências.”

A outra metade do valor tem como destino quitar os precatórios pela ordem crescente. Nesse caso, recebem pessoas com valores até a quantia de R\$ 64 mil, independente de se tratarem de precatórios alimentares ou não. A metodologia, segundo Capra, foi adotada com o objetivo de agilizar os pagamentos. “Estabelecemos essa metodologia de cálculo para poder pagar de forma mais rápida”, frisa.



*Parte da emenda nº 62/2009 foi considerada inconstitucional e agora é necessário modular os efeitos, o que depende de decisão do STF. Os pagamentos estão sendo realizados porque o relator, ministro Luiz Fux, determinou que, enquanto o Supremo não decidir, os Tribunais devam continuar a execução como vinham realizando.*

## JURISDIÇÃO

## MEDIÇÃO AVANÇA NO RIO GRANDE DO SUL



Fórum Regional do Partenon tem instalações adequadas para receber o Centro

Com a proposta de ser um novo modelo de jurisdição, foi instalado o primeiro Centro Judiciário de Mediação Familiar (CJMF) do Rio Grande do Sul no Foro Regional do Partenon, em Porto Alegre. O projeto piloto, sugerido pelo Supervisor do Foro Regional e Coordenador do Centro Judiciário da Mediação Familiar, juiz de Direito Roberto Arriada Lorea, foi inaugurado no dia 24 de outubro.

Na cerimônia, estiveram presentes o vice-presidente Administrativo da AJURIS, agora licenciado, Eugênio Couto Terra, o presidente do TJRS, Marcelo Bandeira Pereira, o 1º vice-presidente do TJRS, Guinther Spode, a coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos (Nupemec), Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, dentre outras autoridades.

A expectativa, conforme Lorea, é que a comunidade fique mais satisfeita com as soluções dadas pelo Judiciário, pois as pessoas terão mais autonomia, participando ativamente da construção de alternativas que atendam os interesses dos familiares envolvidos no conflito. “A parte deixa de ser objeto do processo; em lugar de aguardar passivamente uma decisão que lhe será imposta pelo juiz, passa a ser protagonista, sendo estimulada a participar efetivamente na solução do conflito”, completa.

A mediação tem sido adotada com sucesso em diversos países. A Comunidade Europeia, por exemplo, aprovou uma Resolução em 1998, afirmando que os conflitos familiares devem ser solucionados por mediação e não por decisões judiciais. A recomendação é que a decisão imposta pelo juiz deve ser a última opção e não a primeira. “Aqui também existiram diversas iniciativas nesse sentido. O diferencial é que agora o Tribunal de Justiça está institucionalizando essa prática, como política pública chancelada pelo Conselho Nacional de Justiça”, destaca Lorea.

### Nupemec vai acompanhar o trabalho

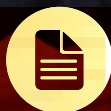
A coordenadora do Nupemec, Vanderlei Kubiak explica que a proposta é adotar esse modelo de composição nos casos de família, tanto na fase processual quanto pré-processual, testar os resultados e a metodologia, para com mais experiência levar o projeto a outras comarcas. “Estamos instalando diversos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejuscs) no estado, mas o único com foco específico no âmbito do direito de família é esse no Foro do Partenon”, esclarece.

O Nupemec vai acompanhar o trabalho no Centro de Mediação Familiar, fazendo a supervisão dos mediadores e mantendo-os em constante formação. “Também acompanharemos a rotina das sessões de mediação, fluxo de processos, tempo de duração e dados estatísticos. Esse acompanhamento nos permitirá corrigir eventuais distorções e formar uma metodologia que possa ser replicada em outros locais, ampliando a rede de assistência àqueles que buscam a mediação como forma de solução de conflitos”, acrescenta a coordenadora.

### Como funciona:

*Para as partes, a maior alteração é que em lugar do modelo adversarial (em que um ganha e outro perde) serão realizadas oficinas de parentalidade e sessões de mediação. No modelo consensual, buscam-se convergências, as quais, muitas vezes, embora presentes, não são identificadas pelas partes. Para isso é preciso a intervenção do mediador, o qual não decide, apenas auxilia as partes a se comunicarem melhor e explorarem alternativas para o conflito. Nesse ponto, entra toda a técnica dos mediadores, cuja formação é multidisciplinar. Nesse modelo, chamado autocompositivo, não há vencedores e vencidos.*

# FORO DA CAPITAL QUALIFICA O ATENDIMENTO



**Martinevski apresentou a nova estrutura**

O novo prédio do Foro Cível da Comarca de Porto Alegre foi inaugurado, oficialmente, no dia 16 de setembro. A construção de 23 andares abriga as Varas Cíveis, Varas de Família, Fazenda Pública, além de Falência e Concordata, Precatórios, Registros Públicos e Acidentes de Trabalho. Ao total, foram transferidos 870.627 processos, além de 1.629 equipamentos.

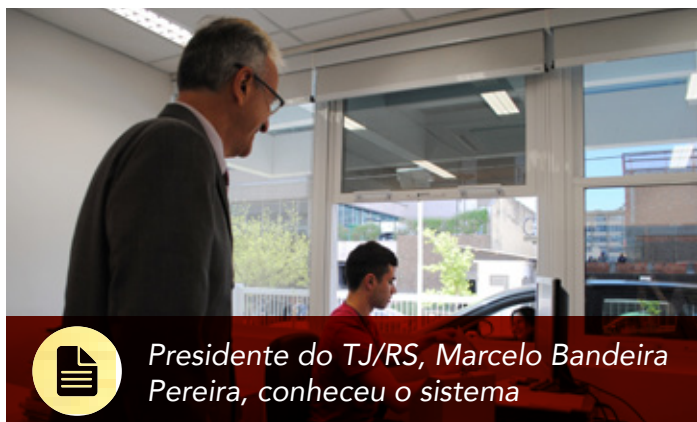
Durante a cerimônia de inauguração, o diretor da instituição, Cláudio Luis Martinevski, destacou a importância da estrutura, no sentido de colaborar para atender

às demandas da sociedade de forma adequada. “É um momento de realização e de orgulho daquilo que há muito vem sendo colocado em prática pelas administrações do Poder Judiciário do Rio Grande do Sul”, afirmou Cláudio Martinevski.

O diretor salientou aspectos fundamentais da sede: a plena acessibilidade; o moderno sistema de segurança; a contrapartida para a comunidade, com a oferta de 171 vagas de estacionamento; um auditório com capacidade para 200 pessoas para a realização de atividades culturais, artísticas e sociais independente das atividades foro; o serviço de Protocolo Expresso, como um sistema de Drive Thru, inaugurado em outubro.



**Drive Thru é novidade!**



**Presidente do TJ/RS, Marcelo Bandeira Pereira, conheceu o sistema**

A rapidez e a praticidade que o serviço oferece facilitam o trabalho dos advogados, que podem protocolar até dez documentos sem descer do carro. O Drive Thru é destinado ao protocolo de petições não iniciais, autos e autos com petições.

“Tivemos relatos como o de uma advogada que disse estar se sentindo feliz ao poder usar o serviço. Proporcionar isso dá uma satisfação a nós do Poder Judiciário”, acrescentou o diretor do Foro, Cláudio Luis Martinevski, completando que melhorar o atendimento no Foro é um serviço prestado para toda a comunidade. Além disso, pontuou que os advogados poderão entregar suas petições e autos de processo de modo célere, prescindindo da utilização de estacionamento.

O Drive Thru fica localizado ao lado da entrada principal do novo Foro Cível, na rua Manoelito de Ornellas, 50. O atendimento é de segunda a sexta-feira, das 9h às 18h.



# alcança mais ouvintes

O Sala de Audiência, programa transmitido pela Radioweb AJURIS, que busca aproximar a Magistratura estadual da sociedade, está alcançando cada vez mais ouvintes. Disponibilizado em convênio com a Associação Gaúcha de Emissoras de Rádio e Televisão (Agert) para emissoras associadas, o programa está sendo retransmitido pelas rádios Unisinos (FM 103.3), de São Leopoldo; Rádio Educadora (1400 AM), de São João da Urtiga, e Rádio Alto Uruguai (970 AM), de Humaitá.

Com produção do Departamento de Comunicação Social por meio de debates transmitidos quinzenalmente, são levados aos

ouvintes os mais variados temas. Em 2013, as magistradas Elisabete Kirschke e Rosana Garbin, que apresentam o Sala de Audiência conduziram programas sobre o Mais Médicos, a nova lei das drogas, internação compulsória, comportamento no trânsito, violência doméstica, maioridade penal, casamento homoafetivo, direitos dos trabalhadores domésticos, dentre outros.

O Sala de Audiência é transmitido pela Radioweb AJURIS, nas segundas-feiras, às 17h, e quartas-feiras, às 10h. Além da programação ao vivo, pelo site [www.ajuris.org.br](http://www.ajuris.org.br) é possível escutar e fazer download de áudios da campanha seja cidadão, áudios de cursos, palestras e seminários.

## Novos direitos dos domésticos



Daniel Nonohay (AMATRA)  
e Jorge Bopp  
(Advogado trabalhista)

## Mais médicos



Jorge de Souza  
(Simers)

## Comportamento no trânsito



Aurine Schimitz (psicóloga)  
Ana Maria Dall'Agnese  
(Fundação Thiago de Moraes Gonzaga)

“

## DESTAQUES ENTREVISTAS

**PERFEITO PARA QUEM SABE  
QUE O MELHOR DA VIDA  
NÃO PODE ESPERAR.**



**BanriClube**  
*de Vantagens*

**O jeito mais rápido de trocar seus  
pontos por momentos inesquecíveis.**

Resgate on-line • Mais de 25 mil prêmios • A partir de 50% dos pontos, você pode completar o resgate usando o seu cartão de crédito Banrisul

Acesse [www.banriclube.com.br](http://www.banriclube.com.br) e confira:

• Saldo de pontos • Pontos a expirar • Como resgatar prêmios

**Banrisul**  
Evoluindo sempre com você.

Promover a  
igualdade faz  
a diferença





## 25 ANOS DA CONSTITUIÇÃO

# Pensamento democrático permeou contribuições da AJURIS

A construção de um país democrático, após mais de duas décadas de ditadura militar, norteou o trabalho da Assembleia Constituinte nos anos de 1987 e 1988. O resgate da democracia foi também uma batalha da AJURIS que participou ativamente da elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988. Começar um novo tempo, sem autoritarismo e arbitrariedade, era o espírito que permeava as 75 propostas encaminhadas pela Associação aos deputados constituintes.



Várias sugestões da AJURIS referentes ao Poder Judiciário foram aceitas e vieram a integrar o texto final da Constituição. “Tão logo foi anunciado que o Congresso Nacional iria fazer uma nova Constituição, a AJURIS começou a se mobilizar e formar grupos para estudar o tema”, lembra o diretor do Departamento de Promoção da Cidadania, **Sérgio Gischkow Pereira**, que integrou a Comissão formada para condensar e elaborar as propostas da magistratura gaúcha. O magistrado Osvaldo Stefanello, falecido em 13 de setembro de 2012, também integrou a Comissão e atuou fortemente para assegurar estabilidade aos preteores do Rio Grande do Sul, contemplada no artigo 21 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (veja box). Stefanello foi presidente da AJURIS entre 1988 e 1989. Também integrou a Comissão o magistrado Ruy Ruben Ruschel.

Ivo Gabriel da Cunha, presidente da Associação entre 1986 e 1987, recorda que na época havia muito ativismo por parte de entidades da sociedade civil, e a AJURIS mobilizou-se também por uma questão de consciência institucional; a AJURIS sempre teve uma posição de liderança, de vanguarda, em relação a uma série de coisas, e naquele momento não poderia ser diferente.

A comissão comunicou os juízes do interior, que mandaram suas contribuições. Esse material, com sugestões do estado inteiro e da própria comissão, foi reunido e compilado, para que as propostas fossem discutidas e votadas na assembleia geral da AJURIS. Na mesma época, a Associação dos Magistrados Brasileiros convocou um Congresso Nacional em Recife para tratar da Constituinte.

### Art. 21

*Os juízes togados de investidura limitada no tempo, admitidos mediante concurso público de provas e títulos e que estejam em exercício na data da promulgação da Constituição, adquirem estabilidade, observado o estágio probatório, e passam a compor quadro em extinção, mantidas as competências, prerrogativas e restrições da legislação a que se achavam submetidos, salvo as inerentes à transitoriedade da investidura.*

*Parágrafo único. A aposentadoria dos juízes de que trata este artigo regular-se-á pelas normas fixadas para os demais juízes estaduais.*

“Nos mobilizamos para levar uma delegação forte, que foi a maior delegação presente neste Congresso, com o diferencial de que nós tínhamos previamente aprovado, em Assembleia Geral, toda a temática a ser levada como sugestão da Magistratura. Isso fez com que a AJURIS praticamente dominasse esse Congresso Nacional”, conta o desembargador Ivo Gabriel. O Congresso acabou aprovando o que a Assembleia Geral já havia definido, e o texto foi levado à Assembleia Nacional Constituinte como sugestões da Magistratura brasileira.

O interessante disso, avalia Ivo Gabriel, é que o aprovado pelo Congresso na época não correspondia exatamente ao pensamento majoritário da Magistratura brasileira, ainda muito conservador e um tanto tímido em relação a suas iniciativas. “Aqui na AJURIS já havia um pensamento bem mais avançado, progressista e liberal em relação ao modelo que se queria para o país no campo do Judiciário”, destaca o ex-presidente.

### Autoritarismo precisava ser eliminado

Naqueles tempos em que se buscava acabar com os entulhos autoritários que ainda restavam dos anos de regime ditatorial, a necessidade de democracia era intensa nas propostas enviadas aos deputados constituintes.

“Foi uma conquista democrática fundamental”, ressalta o atual presidente da AJURIS, Pio Giovani Dresch, ao analisar a proposta que deu origem ao inciso X do artigo 93 do capítulo referente ao Poder Judiciário, assim redigido: “As decisões administrativas dos tribunais serão motivadas e em sessão pública, sendo as disciplinares tomadas pelo voto da maioria absoluta de seus membros”. Antes da Constituição de 1988, havia sessões e decisões secretas. Esta disposição acolheu a proposta feita pela AJURIS: “obrigatoriedade de motivação e identificação dos votantes em todas as decisões administrativas do Poder Judiciário”.

O enfrentamento à ditadura apareceu com mais força nas propostas do capítulo Temas Avulsos, que pediam a eliminação de aparatos autoritários, como o estado de emergência e o decreto-lei. O primeiro não foi abolido, porém a Constituição estabeleceu limites claros para sua decretação. Já o decreto-lei foi eliminado – mais uma grande conquista na construção da democracia.

Para impedir que a Justiça Militar julgasse os civis, mesmo quando se tratasse de matéria relacionada à Segurança Nacional, e questões envolvendo a ditadura, a AJURIS defendeu a imposição de limites para as Forças Armadas. Isso foi contemplado na Constituição no artigo 144, que trata da Segurança nacional, e no artigo 125, que limitou a competência da Justiça Militar.

A AJURIS buscou, ainda, a igualdade efetiva dos direitos da mulher. A Constituição contempla essa questão no artigo que garante que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza. O primeiro inciso já ressalta: “Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição”.

### Autonomia do Judiciário

Se hoje o Poder Judiciário tem autonomia, isso foi garantido na Constituição de 1988. A AJURIS buscava essa independência, propondo que coubesse ao Judiciário a competência de criar cargos para auxiliares e para serviços de primeira instância correspondentes. Além disso, reivindicava mais autonomia administrativa para os tribunais. Ambas as propostas foram contempladas no artigo 96 da Carta Magna.

A autonomia também foi conquistada no que se refere às promoções por merecimento e por antiguidade. O tema foi contemplado, no artigo 93, que dispõe sobre o Estatuto da Magistratura. O texto determina normas para as promoções de entrância para entrância por antiguidade e por merecimento alternadamente. O pedido da AJURIS à Constituinte era para que a responsabilidade de realizar as promoções na Magistratura fosse dos Tribunais, e não do Poder Executivo.

### Lutas que continuam

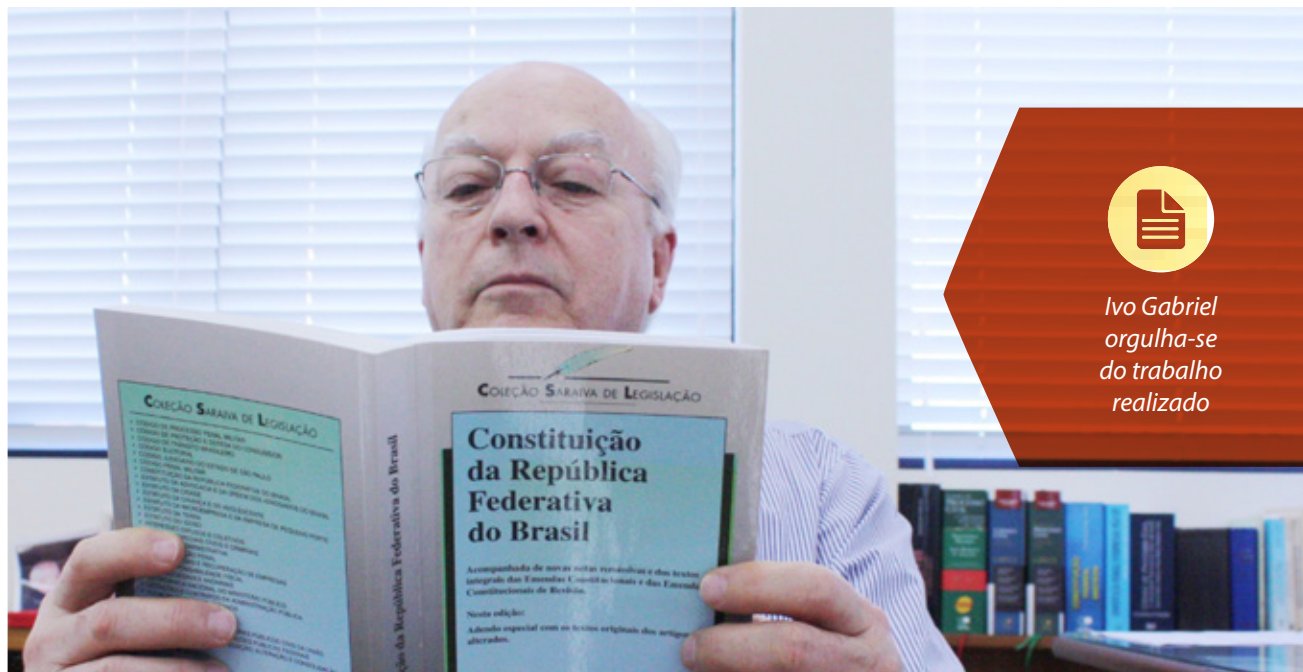
Há 25 anos a AJURIS já defendia a necessidade de eleições diretas para as direções dos tribunais, com a participação de todos os juízes. A proposta não foi acolhida pela Assembleia Constituinte, mas o resultado do trabalho permanece até os dias de hoje, com a Proposta de Emenda Constitucional 187/2012, que teve recentemente a admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados. É um dos principais pleitos da magistratura, uma reivindicação a que a AJURIS estava atenta há mais de duas décadas.

Outra mudança que a Associação já apontava como necessária em 1986 era a fixação prévia de critérios objetivos para a promoção por merecimento. Esses critérios só foram estabelecidos agora, após a Resolução nº 106, do Conselho Nacional de Justiça, de abril de 2010, e o Assento Regimental nº 01/2013, expedido pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul.

No que se refere à composição do Supremo Tribunal Federal, a proposta feita pela AJURIS em 1986 segue como um pleito da Magistratura: que o STF seja composto em sua maioria por magistrados de carreira, sendo um terço desses oriundos das Justiças Estaduais. A AJURIS também defendeu na época que a competência do STF fosse restringida ao julgamento de questões constitucionais.

*Em entrevista ao Memorial do Judiciário, em 2004, o desembargador aposentado José Eugênio Tedesco lembrou que a AJURIS viveu muito a Constituinte Federal naquela época. “A AJURIS se reunia, discutia e os Deputados levavam as nossas ideias ao Plenário. O Ivo Gabriel da Cunha e outros participaram muito. Tivemos muito trabalho”, recordou Tedesco, secretário-geral da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) no período de 1986 a 1987.*

## PRESIDENTE DA AJURIS EM 1986 PARTICIPOU DA SELEÇÃO DE PROPOSTAS À CONSTITUINTE.



Ivo Gabriel orgulha-se do trabalho realizado

“Menos de um ano depois de instalada a Assembleia, o então deputado Nelson Jobim assumiu a presidência da Comissão de Sistematização, que era o órgão-chave para formar o projeto de Constituinte. Essa comissão recebia proposições de toda parte, fazia uma triagem, e dessa triagem resultou o projeto de Constituinte. Isso para nós era estratégico, porque tínhamos uma relação muito próxima com ele”, relata o desembargador aposentado Ivo Gabriel da Cunha, que presidiu a AJURIS entre 1986 e 1987.

- Ivo Gabriel foi uma das pessoas convidadas por Jobim para ajudar a fazer a triagem das propostas e o trabalho de redação daquilo que viria a ser o projeto de nova Constituição. “Durante algum tempo a gente ia toda semana a Brasília, para trabalhar sábado e domingo, para ajudar nessa seleção. Foi um trabalho longo, de quase dois anos. Conseguiu-se muita coisa nesse trabalho, e isso basicamente em razão da credencial da AJURIS.”, recorda o ex-presidente.

*“A AJURIS emergiu do processo Constituinte de 1988 como grande vitoriosa. A experiência repercutiu intensamente sobre a própria dinâmica interna da Associação. Até a Constituinte Federal, os tribunais e, sobretudo, seus presidentes eram os interlocutores por excelência da Magistratura com os outros Poderes. Com a parlamentarização do processo político-institucional, a natureza do diálogo transformou-se substancialmente, e as lideranças associativas preencheram um espaço importante,*

- *do qual não mais abririam mão. Ao lado da Associação dos Magistrados de São Paulo, a AJURIS era a entidade mais preparada para essa nova realidade, em função de sua trajetória, de sua tradição, de sua capacidade organizativa, de suas proposições e de seu prestígio.”*
- (Por Guinter Axt em AJURIS – 60 anos: o fazer-se da Magistratura gaúcha: história da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul).

“Na Constituinte, em vez de teses, redigimos o projeto relativo ao Judiciário, submetido à relatoria dos Poderes. Os pontos principais da independência do Judiciário e das garantias da magistratura foram acolhidos.”, rememorou, na revista AMB 60 Anos, o presidente da AMB nos anos de 1986 e 1987, desembargador Milton Martins, que foi também presidente da AJURIS de 1981 a 1984.

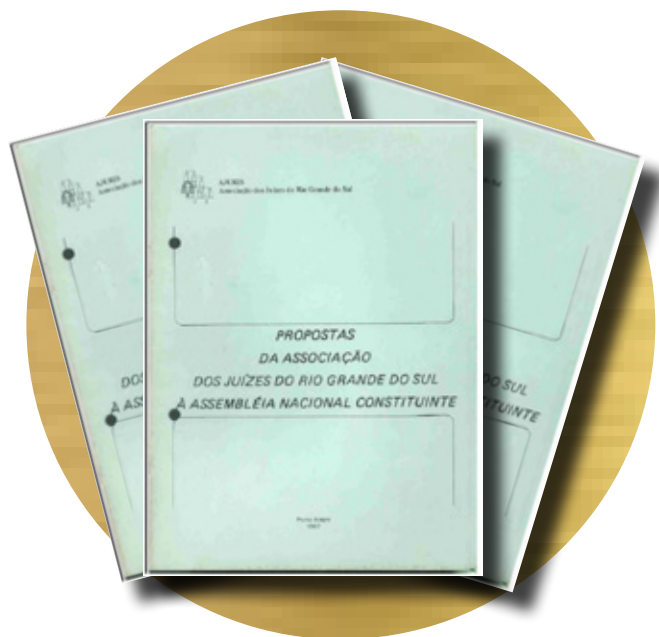


## Juízes propõem limites para as Forças Armadas

### Ata 1986

*“Foi submetido à apreciação e aprovado por unanimidade o Regimento Interno destinado a regular a Assembleia Geral no pertinente à discussão dos temas alusivos à Constituinte, tendo em mira o Congresso Brasileiro de Magistrados do Recife...”*

*“...o Plenário tomou posse, através de impresso, das propostas elaboradas pela Comissão Especial da AJURIS que estudou o Poder Judiciário e a Constituinte, nele constando as propostas alternativas formuladas pelas Coordenadorias de Santa Maria, Novo Hamburgo, Passo Fundo, Santa Cruz do Sul e Bagé.”*  
(Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 29 de agosto de 1986).



Todo este trabalho resultou na impressão de um livreto com as Propostas da Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul à Assembleia Nacional Constituinte, em 1987, encaminhado aos membros da Assembleia Constituinte.



**Veja o livreto na íntegra em**  
**[tinyurl.com/constituente](http://tinyurl.com/constituente)**

Porto Alegre – Os civis só poderão ser julgados pela Justiça Comum, e não mais pela Justiça Militar, mesmo nos crimes contra a segurança nacional, e as Forças Armadas só poderão intervir na ordem interna do País mediante convocação do Congresso Nacional. Essas são duas das dezenas de proposições dos magistrados gaúchos à Assembleia Nacional Constituinte, aprovada em assembleia geral dos juizes.

A mudança de diversos itens da atual Constituição é defendida pelos magistrados gaúchos, segundo explicou o presidente da Ajuris (Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul), Ivo Gabriel da Cunha, e que prevê, por exemplo, a instituição da ação penal popular em que o cidadão-eleitor poderá pedir a abertura de ação penal para os chamados crimes do colarinho branco, no caso do Ministério público não propor a devida ação.

Isso muda duas situações: atualmente, só existe ação popular para questões cíveis, e o Ministério Público, por enquanto, é o único com poder para propor uma ação penal. A ação popular na esfera civil também seria ampliada, para a proteção dos chamados interesses difusos – por exemplo, a queixa de moradores de um bairro quanto ao mal funcionamento de uma linha de ônibus.

Acabar com as exceções que permitem às pessoas ingressarem pela primeira vez no serviço público, sem concurso, é outra proposta da Ajuris, que prevê a obrigatoriedade do concurso. Os juizes querem que a Constituição conceda ao Ministério Público duas garantias (inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos) que não possui ainda, mas sugere que, como os juizes, os promotores tenham vedada sua atuação em outras áreas (como advogados, políticos, dirigentes de empresas, etc).

Internamente, no Poder Judiciário, os magistrados gaúchos querem que conste na Constituição a determinação de fixação de critérios subjetivos. Querem também a extensão do direito do judiciário pedir à União a intervenção no Estado quando houver a falta de recursos pela injustificada redução da proposta orçamentária e que ocasione prejuízo ao regular exercício da função jurisdicional. Outra sugestão é de que os trabalhadores tenham direito à remuneração não inferior a um vinte avos do maior salário ou pro-labore pago na empresa privada, mantendo-se essa proporção também nos vencimentos dos servidores públicos.

(Matéria publicada no Jornal de Brasília, em 3 de setembro de 1986)

P E C 1 8 7

# Magistrados buscam democratização do Judiciário

*A realização de eleições diretas para os dirigentes dos Tribunais, com participação de todos os juízes, é um pleito que a Magistratura gaúcha busca há pelo menos 25 anos. A reivindicação já estava entre as sugestões que a AJURIS encaminhou à Assembleia Constituinte para compor o texto da Constituição, em 1987. E a conquista está mais próxima, com a Proposta de Emenda Constitucional 187/2012, que avança na Câmara dos Deputados.*

A realização de eleições diretas para os dirigentes dos Tribunais, com participação de todos os juízes, é um pleito que a Magistratura gaúcha busca há pelo menos 25 anos. A reivindicação já estava entre as sugestões que a AJURIS encaminhou à Assembleia Constituinte para compor o texto da Constituição, em 1987. E a conquista está mais próxima, com a Proposta de Emenda Constitucional 187/2012, que avança na Câmara dos Deputados.

A chamada PEC da Democratização do Judiciário, de autoria do deputado Wellington Fagundes (PR-MT), propõe a alteração do artigo 96 da Constituição Federal, permitindo assim as eleições diretas. A Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC) aprovou o relatório do deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA) pela admissibilidade da PEC 187 no dia 15 de outubro. A proposta agora aguarda criação de Comissão Temporária na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados.

A AJURIS está mobilizada pela aprovação desta PEC, divulgando em seu site e redes sociais a campanha Diretas Já! Pela Democratização do Judiciário!. A Associação também acompanha de perto a tramitação da proposta em Brasília. O vice-presidente administrativo, atualmente licenciado, Eugênio Couto Terra, o subdiretor do Departamento de Assuntos Constitucionais, Max Akira Senda de Brito, e o secretário-geral da AJURIS, Alexandre Aronne de Abreu, assistiram a sessões da CCJC em que a proposta esteve em pauta.

Enquanto as eleições não podem ser de fato diretas, historicamente a Associação vem reforçando a importância da escolha democrática com votações simuladas para a presidência do Tribunal de Justiça. A simulação é feita pelo site da AJURIS, e aberta a todos os magistrados da ativa do TJRS.

Respalhada por todo esse trabalho na história e na prática, a Associação avalia que ampliar o colégio eleitoral, com a participação de magistrados de primeiro grau, significará aprimorar a prestação jurisdicional, porque as propostas da administração terão que contemplar a visão e os anseios daqueles que, agora, não têm voz na escolha dos dirigentes.

Outras iniciativas, atualmente, também buscam a democratização do Judiciário. No mesmo dia em que a CCJC da Câmara aprovou a admissibilidade da PEC 187, a Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (Amaerj) apresentou um requerimento que pede alteração do Regimento Interno do seu Tribunal de Justiça (TJ-RJ), para permitir a participação de todos os juízes vitalícios no processo de escolha da mesa diretora do Tribunal. O requerimento também traz assinaturas de centenas de associados que apoiam as eleições diretas. Mas o pioneiro foi o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, primeiro no país a consultar seus juízes nas eleições para seus cargos máximos.



Alexandre Aronne acompanhou as sessões em Brasília



Beatriz Renck, Cleusa Regina Halfen, Ana Luiza Heineck Kruse e Carmen Izabel Centena Gonzalez

## TRT4 saiu na frente

*Pela primeira vez no país, um tribunal consultou seus magistrados de 1º grau quanto à preferência pelos próximos ocupantes de cargos da Administração. O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região ouviu seus juízes em relação a nomes para presidente e vice-presidente do TRT4 e para diretor e vice-diretor da Escola Judicial, atendendo a solicitação da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da IV Região (Amatra IV). O resultado para os cargos da Administração foi o mesmo obtido depois na eleição realizada pelo Tribunal Pleno. As magistradas eleitas para o biênio 2014-2015 são: presidente, a desembargadora Cleusa Regina Halfen; vice-presidente, a desembargadora Ana Luiza Heineck Kruse; corregedora, a desembargadora Beatriz Renck e vice-corregedora, a desembargadora Carmen Izabel Centena Gonzalez. A Escola será comandada pelos desembargadores José Felipe Ledur e Alexandre Corrêa da Cruz.*

## Outras PECs de interesse do Judiciário

Dentre as Propostas de Emenda à Constituição que tramitam no Congresso, a 187 não é a única a receber atenção da AJURIS. Duas dessas proposições tratam da quebra da vitaliciedade. A PEC 53, de autoria do senador Humberto Costa (PT-PE), foi aprovada no Senado com texto substitutivo que propõe o afastamento do juiz das funções com vencimentos proporcionais a partir do término do processo administrativo. Com essa mudança, a proposta não fere a vitaliciedade, na avaliação da AJURIS. O texto precisa ainda passar pelos deputados. Já a PEC 505, de autoria da senadora Ideli Salvatti (PT-SC) e em tramitação na Câmara, quebra a vitaliciedade da Magistratura, incluindo a demissão por ato administrativo. A Associação tem acompanhado de perto o andamento das propostas.

A respeito da jurisdição eleitoral também tramitam duas PECs. A 338, de autoria do deputado Ribamar Alves (PSB-MA), está na Câmara com a proposta de incluir na composição dos Tribunais Regionais Eleitorais os juízes eleitorais. O relator é o deputado Valtenir Pereira (PSB-MT), que se comprometeu a retificar o voto, propondo a rejeição da proposta. Já a PEC 31, de autoria do senador Pedro Taques (PDT-MT), propõe a alteração na forma de escolha dos membros dos tribunais eleitorais, incluindo juízes federais na composição dos Tribunais Regionais Eleitorais. O tema aguarda apresentação de parecer.

# Magistrados reafirmam posicionamento ético e respeito à institucionalidade



**Pio Dresch** apresentou as conclusões do Congresso na Carta de Livramento

**O** Poder Judiciário deve atender à legítima expectativa da afirmação de uma sociedade democrática e justa, que valorize a moralidade pública, sempre assegurando ao jurisdicionado o direito de defesa e o devido processo legal. Esse é o primeiro tópico da Carta de Livramento, apresentada pelos associados da AJURIS ao final do X Congresso Estadual de Magistrados, realizado naquela cidade, de 26 a 27 de setembro.

“A frase expressa o anseio da classe e também o que vem ao longo dos anos embasando o trabalho da AJURIS”, explica o presidente da Associação, Pio Giovani Dresch, que apresentou a Carta direcionada à sociedade. O documento também enfatiza a necessidade de aumentar a autonomia e democratizar a gestão do Judiciário, permitindo a participação dos magistrados de primeiro grau na administração e na eleição dos órgãos diretivos; rever a atuação do CNJ, para que suas diretrizes não impeçam um espaço de autonomia próprio para atuação das instâncias do Poder Judiciário local; valorizar o primeiro grau de jurisdição e os Tribunais locais; e modernizar a gestão para atender com eficiência a demanda crescente.

Ainda segundo o texto, “o compromisso ético e a preservação dos valores insculpidos na Constituição da República são fundantes para a prestação da justiça e pressupõem um Judiciário autônomo e independente.” Para isso, conforme a Carta, “a magistratura deve ser dignamente remunerada e protegida contra todas as formas de pressão, o que impõe resguardar a vitaliciedade e o ingresso na carreira por concurso público.”

Os itens que compõem a Carta são resultado dos dois dias de debates sobre o tema Magistratura: Para onde vamos? A instituição e a ética. As reflexões também surgiram nas palestras proferidas pelo vice-presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP), Nuno Miguel Pereira Ribeiro Coelho, pelo mestre e doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), José Reinaldo de Lima Lopes, pelo professor da Fundação Getúlio Vargas (RJ) Ivar Hartmann.

A coordenadora da comissão organizadora do evento, Maria Lucia Boutros Buchain Zoch Rodrigues, avalia que os objetivos foram plenamente alcançados. “O X Congresso, sem dúvida, foi muito além de uma oportunidade de conagração entre os colegas: permitiu-nos uma avaliação de nós mesmos, a partir das informações trazidas pelo Des. Nuno Coelho sobre a magistratura portuguesa e da verdadeira radiografia do Supremo Tribunal Federal, feita na pesquisa da FGV apresentada pelo Ivar.”

A magistrada também destaca a importante contribuição do professor José Reinaldo de Lima Lopes que apresentou uma análise precisa e independente. “Atribuo o êxito do Congresso ao fato de termos conseguido, com as três palestras e, ainda, com a participação do candidato à presidência do TJRS, José Aquino Flores de Camargo, debater diversos aspectos da jurisdição; experiências próprias e alheias; e, sobretudo, refletir sobre os desafios que temos de enfrentar para nos aprimoramos como instituição.”

## Parcerias

O debate permitiu ainda a interação entre os participantes e os palestrantes, que deve resultar em parcerias. Integrante da comissão organizadora do Congresso, o juiz de Direito Ricardo Pippi Schmidt destacou o caráter inovador dos conteúdos debatidos durante o encontro. “Para além das reflexões que as palestras permitiram, a interlocução com o palestrante português (Nuno Coelho) viabilizou uma troca de experiência por parte dos juízes gaúchos”, comenta. Também revela que, a partir do Núcleo de Inovação e Administração Judiciária (NIAJ) da Escola Superior da Magistratura da AJURIS, deverá ser instituída uma rede para intensificar o contato entre magistrados gaúchos e portugueses.

A participação do pesquisador Ivar Hartmann também deve render frutos. Para Schmidt, o contato com o especialista na área poderá servir para a realização de uma pesquisa, nos moldes da realizada no STF – Supremo em Números –, no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJ/RS).



*Para Coelho é preciso se levar a sério o Estado de Direito e os Tribunais*

## Estado de Direito e Tribunais

O vice-presidente da Associação Sindical dos Juizes Portugueses (ASJP), Nuno Miguel Pereira Ribeiro Coelho proferiu a conferência O Estado de Direito face à crise e ao sistema. Ao apontar propostas para o enfrentamento de crises como a que a Europa passa atualmente, o magistrado destacou a importância de se levar a sério o Estado de Direito e os Tribunais.

Para ele, isso é uma questão de atitude que vai além de questões de análise, de compreensão do sistema, eventualmente até de problemas de diálogo entre a Justiça e a sociedade. “O Estado social e o Estado de Direito, mesmo em situações de crise, devem ser levados a sério no sentido de não serem pervertidos por alguns mecanismos de crise que podem relativizar determinados valores que são essenciais. No fundo é dizer que a democracia tem validade mesmo no tempo de crise.”

Para Coelho a questão ética é também uma questão de responsabilidade. O magistrado destaca que antes se avaliava o trabalho do juiz sob o aspecto da qualidade técnica, se era um bom jurista, se interpretava bem o Direito. Atualmente, aponta ele, as coisas não são bem assim, existe também a avaliação de qualidade do que é a administração da Justiça, se a decisão vem mais ou menos rápido, se está adequada ao sistema econômico, se resolveu o problema das pessoas, se a decisão foi a mais justa.

## Depoimentos:

*“Parabenizo a Comissão Organizadora do IX Congresso Estadual de Magistrados, realizado na cidade de Santana do Livramento, tanto pela feliz escolha dos qualificados palestrantes, quanto pela excelente organização do evento como um todo e de seus momentos sociais, de conagração dos colegas.”*

**Desembargadora Denise Oliveira Cezar, Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul**

*“Gostei de ter participado do Congresso Estadual de Magistrados. A Comissão Organizadora fez um excelente trabalho, tanto pelo cuidado na recepção e no atendimento dos congressistas como pela escolha dos palestrantes e dos temas abordados no evento. Quanto às palestras, para mim a melhor foi a do professor paulista José Reinaldo de Lima Lopes, uma exposição clara de um tema complexo e fundamental para a prática da jurisdição. De se lamentar apenas a pouca participação dos colegas, o que deve ser motivo de reflexão entre a classe. Espero poder participar de muitos outros congressos como esse.”*

**Juiz de Direito Fabiano Zolet Baú, que participou pela primeira vez do Congresso.**



*Hartmann alertou sobre o aumento na carga de processos*

## O Supremo em Números

O trabalho desenvolvido pelo professor da Fundação Getúlio Vargas (RJ) Ivar Hartmann para elaborar o II Relatório do Projeto Supremo em Números foi norteador pelo questionamento: Seria o Supremo uma corte constitucional? Na apresentação durante o Congresso, Hartmann detalhou a pesquisa e também provocou a reflexão dos participantes a partir do estudo.

Para responder à pergunta: “Seria o Supremo de fato uma corte constitucional?”, ele elencou outras quatro questões: Essa é a carga de trabalho de uma corte constitucional? Essa é a pauta de uma corte constitucional? Esse é o processo decisório que se espera de uma corte constitucional? Seriam essas as decisões de uma corte constitucional?

O estudo foi realizado valendo-se de uma base de dados que tem 1,4 milhão processos que ingressaram no Supremo desde 1988 até junho de 2013. São informações sobre mais de 2,5 milhões de partes, ou seja, pessoas físicas ou jurídicas, e advogados.

Hartmann salientou, ainda, o fato de o Supremo encontrar dificuldades para fazer frente à imensa quantidade de processos. “O número não caiu como era esperado com a repercussão geral e a súmula vinculante”, frisou.

Um dos dados de alerta é sobre a carga de processos. Desde 2006, a quantidade de processos aceitos pelo Supremo vinha diminuindo. Pela primeira vez, em seis anos, em 2012, o número de processos aceitos aumentou 22% em relação ao ano anterior.

Os dados mostram que, entre 2010 e 2012, os estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul dominaram a pauta do STF, respondendo por seis em cada dez processos novos chegados à Corte. Nesse período, os assuntos mais abordados pelos processos foram questões processuais civis e trabalhistas e questões envolvendo o poder público e servidores públicos.



*O sentido do jogo do Direito chama-se justiça - José Reinaldo*

## Decisão deve ser inteligível

O sentido de justiça, a segurança jurídica, a inteligibilidade das decisões foram abordados pelo mestre e doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP), José Reinaldo de Lima Lopes na palestra Justiça e interpretação do Direito como desafio aos juristas. Para ele, as reformas institucionais têm que servir ao propósito de reafirmar a justiça na República entre os cidadãos. O tema da justiça tem que ser explicitado como objeto de reflexão crítica.

Segundo o professor, o Direito é um jogo, que tem duas características particulares: é abrangente, todo mundo joga; é aberto, não tem um fim muito específico, mas tem um sentido. “O sentido do jogo do Direito chama-se justiça. E aí o problema da nossa formação: fomos ensinados a imaginar que justiça é uma questão de sentimento, que é algo que não se discute, que não precisa ser ensinado na faculdade. Mas se não discutirmos isso, não saberemos do jogo.”

O professor defendeu ainda que, para o juiz ser capaz de julgar, é preciso ter a regra do jogo. “A decisão tem que ser inteligível. A segurança jurídica não é dada pela previsibilidade; ela é dada pela inteligibilidade.” E foi crítico de as respeito das decisões serem claras e desencadearem inúmeros julgamentos. “Esse é um problema que não é do Supremo apenas; é de todos nós que fomos treinados numa concepção de que o direito é arbitrário, que é uma questão de sedução com o outro, e não de convencimento, não de racionalidade. Fomos treinados assim e não conseguimos dar boas razões.”

Para Reinaldo, o direito é um jogo, e se o jogador não tem o sentido do jogo, ele não é autônomo, é um jogador mecânico. A solução, segundo ele, é discutir. “A ética é o sentido da instituição, que é fazer justiça. A nossa ideia é de que a justiça não se discute, que é uma questão de sentimento, que ela é arbitrária. E isso prejudica muito.” Além disso, o professor frisou a importância da Constituição nessa formação. “Se ela é a norma fundamental, ela cria a igualdade fundamental do cidadão. Então, eu preciso discutir que espécie de igualdade ela cria.”

## CULTURAL

## Magistrados conhecem cenário histórico e cultural de Pelotas

Depois de apresentar os vinhos da Fronteira da Paz, em Santana do Livramento, de fazer um resgate histórico missioneiro, em São Miguel das Missões, e de promover uma degustação de vinhos típicos da Serra, em Bento Gonçalves, a AJURIS apresentou aos magistrados convocados para o Curso de Atualização para Magistrados (CAM) aos que atuam na Região Sul – a Princesa do Sul – Pelotas.

O Roteiro Cultural proposto pelos magistrados Fabiana Fiori Hallal, Fernanda Duquia Araújo e Luís Antônio Saud Telles reuniu história, música, culinária e arte durante os três dias de realização do curso, de 11 a 13 de setembro. Os magistrados visitaram a exposição dos artistas pelotenses Madu Lopes e Deborah Blank Mirenda e assistiram ao show Choro de Pelotas, com músicos que fazem parte da história do chorinho na cidade. “São músicos que acompanharam Avendano Jr. por mais de quarenta anos no tradicional Bar Liberdade, como Milton 7 Cordas, Paulino (percussão) e Roberval Silva (cantor e instrumentista)”, relatou Fabiana.

A programação também abriu espaço para o talento local. A juíza Aline Zambenedetti Borghetti integrante da banda 1/2 Bossa Nova & 1/2 Rock’n Roll, fez uma apresentação aos colegas. “Foi uma experiência gratificante e uma oportunidade muito especial não somente para mim, mas também para a banda toda, ainda mais considerando que temos outros colegas muito talentosos nessa área. Ficamos realmente lisonjeados e entusiasmados, já que foi nossa primeira apresentação fora de São Lourenço do Sul”, afirmou Aline.



### Roteiro cultural encantou o público

Na sexta-feira, último dia do curso, foi realizada visita guiada ao Theatro Guarany, seguida de caminhada pela Praça Coronel Pedro Osório, Mercado Público, Biblioteca Pública Pelotense e parada no Café Aquários. Depois o grupo seguiu para a Charqueada Boa Vista, onde também foi realizado passeio de barco pelo Arroio Pelotas e servido um café colonial.

## “Pinacoteca da AJURIS regulamenta exposições

A partir de 2014, a Pinacoteca da AJURIS contará com um regulamento para a escolha de seus expositores. De acordo com o texto aprovado pelo Conselho Executivo, poderão participar artistas plásticos que pertençam ou não ao quadro de associados. As mostras serão individuais ou coletivas.

Para a diretora do espaço, Marcia Kern Papaleo, o regulamento serve como mecanismo para democratizar e legitimar a Pinacoteca. “Em função dos êxitos obtidos, a Pinacoteca vem sendo conhecida pelo público externo, apreciador de arte, e pelo público interno, os associados”, salienta.

Interessados em participar deverão encaminhar portfólio de seus trabalhos para a direção. O material será analisado

por uma comissão composta de, no mínimo, dois artistas plásticos e um membro da AJURIS.

Este ano, a artista plástica Jacqueline de Boni expôs a mostra de litografias A Pedra e Eu, na Pinacoteca da AJURIS, de 16 de agosto a 30 de setembro. Para ela, foi importante expor no local. “Precisamos de espaços como este, especialmente, para as artes plásticas”, ressaltou. As dezenove litografias foram produzidas entre 2009 e 2010, quando viveu em Berlim para aprender a técnica. De junho a agosto, Jacqueline também ministrou um curso de aquarela promovido pela Pinacoteca.

## CULTURAL

# AJURIS lança Caderno de Literatura nº 22

**A** movimentada Praça de Autógrafos da 59ª Feira do Livro de Porto Alegre abriu espaço ao 22º Caderno de Literatura da AJURIS no dia 8 de novembro. O lançamento em concorrida sessão reuniu 14 dos 34 autores que participam da obra. Durante uma hora, os escritores distribuíram dedicatórias ao público, familiares e amigos, que prestigiaram a sessão. Dentre eles, o presidente da AJURIS, Pio Giovani Dresch, e o presidente do Tribunal de Justiça do RS, Marcelo Bandeira Pereira, que receberam autógrafos e cumprimentaram os autores pela obra.

O Caderno de Literatura, que reúne diferentes gêneros, foi elogiado pela escritora Cíntia Lacroix, que foi convidada a participar da coletânea. "Meu gênero preferido é o romance, mas acho interessante a ideia de juntar vários estilos no mesmo livro, porque o leitor contemporâneo quer uma leitura mais rápida, que possa ler no ônibus, por exemplo. Então, é interessante carregar um livro como esse."



## Autores autografaram Caderno na Feira do Livro

Os exemplares foram vendidos a R\$ 5,00, e o valor arrecadado foi destinado à aquisição de mantimentos para a Associação Madre Teresa de Jesus. A instituição, localizada no Morro Santana, em Porto Alegre, fornece alimentação a mais de 150 crianças, além de manter, diariamente, 40 crianças, no turno inverso ao da escola, com atividades educacionais, lúdicas e esportivas.

A coletânea editada pelo Departamento Cultural da AJURIS reúne textos de magistrados, funcionários e escritores convidados. As edições anteriores estão disponíveis para download no site [www.ajuris.org.br](http://www.ajuris.org.br).

## Autores do caderno nº22:

*Adair Philippsen, Afif Jorge Simões Neto, Alexandre Volkweis, Andréa Púperi, Carlos Alberto Bencke, Cíntia Lacroix, Claudia Tajés, Cyro Púperi, David Coimbra, Fábio Heerdt, Gabriela Richinitti, Genacéia da Silva Alberton, Gladis de Fátima Canelles Piccini, Gustavo Melo Czekster, Herta Maria Germany Gaiger, Humbertho Hartmann Philippsen, Ícaro de Bem Osório, Ismael Caneppele, Jeane Bordignon, José Carlos Teixeira Giorgis, José Nedel, Leonel Pires Ohlweiler, Luisa Geisler, Luiz Coronel, Mafalda dos Santos, Márcia Kern Papaleo, Newton Fabrício, Paulo Ferrareze Filho, Roberto Schaan Ferreira, Rosa Maria Weber, Rosana Broglio Garbin, Rosane Ramos de Oliveira Michels, Túlio Martins, Vasco Della Giustina*

## Jornada de Literatura

Mais de cem exemplares do 21º Caderno de Literatura da AJURIS foram distribuídos aos visitantes da 15ª Jornada Nacional de Literatura e 7ª Jornadinha Nacional de Literatura, realizada no mês de agosto em Passo Fundo.

Os juízes da comarca de Passo Fundo também participaram, auxiliando, inclusive, na divulgação e distribuição dos exemplares. A vice-presidente Cultural da AJURIS, Maria Lucia Boutros Buchain Zoch Rodrigues, e a diretora do Departamento Cultural, Gladis de Fátima Canelles Piccini, autografaram os livros.



## AJURIS celebra 69 anos com baile

O baile de máscaras em comemoração aos 69 anos da AJURIS, a mais antiga associação de magistrados do país, reuniu aproximadamente duzentas pessoas no Salão de Eventos e no Salão Amarelo do Plaza São Rafael. Com o tema Uma noite em Veneza, a festa foi animada pela banda Dublê, no dia 9 de agosto.

## Dia das Crianças

O Dia da Criança foi comemorado na sede campestre da AJURIS com muita brincadeira e uma oficina literária com a professora Kátia Lovatto. Foi uma tarde de brincadeiras e cultura em que as crianças participaram de atividades recreativas e se divertiram nos brinquedos infláveis.

## Associados celebram Dia dos Pais!

Associados da AJURIS e familiares compartilharam almoço na Sede Campestre para comemorar o Dia dos Pais. O caricaturista Rogério Cardoso desenhou pais e filhos que quiseram entrar na brincadeira.

## CULTURAL

## Piquete reverencia Semana Farroupilha



A programação cultural do Piquete da AJURIS no Acampamento Farroupilha, do Parque Maurício Sirotsky Sobrinho (Parque Harmonia), reuniu música, culinária, indumentária e muita tradição. Durante duas semanas, magistrados e público que visitaram o parque puderam conferir as apresentações da Casa Basca do Rio Grande do Sul sobre Indumentária Basca, Cultura, Música, Poesia e Tradição Gaúcha; palestra sobre Indumentária Gaúcha e apresentação da Cadica Companhia de Danças e Ritmos; show de Talo Pereira; além do fandango animado pelo conjunto Vanderley e Calovy.

Durante os dias de apresentações e reuniões, os coordenadores do espaço o subdiretor de Cultura Gaúcha, desembargador Dorval Bráulio Marques, e a presidente do Conselho Deliberativo, Jane Maria Köhler Vidal, destacaram a importância de reverenciar a cultura do Estado por meio das manifestações culturais.

Foram realizadas explanações sobre as influências culturais nos trajes, nas danças típicas como balaio, tatu, chote laranjeira, vanerão e chamamé. O cardápio incluiu pratos típicos como vaca atolada, carreteiro de charque, e churrasco.



“

*Psicologia Positiva foi o tema do V Café Cultural*

Com a cafeteria lotada para ouvi-lo, o psicólogo Marcelo Pereira de Quadros envolveu a plateia cantando uma versão em espanhol de My Way, clássico de Frank Sinatra, tocando violão e dispensando o microfone. Na abertura da palestra Virtudes e forças pessoais – uma viagem através da ciência da felicidade e do bem-estar – as contribuições da psicologia positiva para o mundo, Quadros relatou a sua relação com a música estabelecida desde os doze anos e de como ela se perpetua na sua vida.

O músico descobriu a psicologia após uma tragédia pessoal que resultou em estresse pós-traumático e o levou a precisar de terapia. Ser paciente o despertou também para tratar outras pessoas, mas buscando um foco para o qual a psicologia vem cada vez mais se direcionando: tentar encontrar as potencialidades do sujeito, em vez de procurar identificar doenças.

## Diretores culturais partilham experiências



A AJURIS foi sede do III Encontro Nacional de Diretores Culturais, coordenado pela Secretaria de Cultura da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). O vice-presidente de Assuntos Culturais da AMB, Rosalvo Vieira, ressaltou que a realização deste III Encontro mostra que o evento está consolidado no calendário da instituição. Ao recepcionar os participantes a vice-presidente Cultural da AJURIS, Maria Lucia Boutros Buchain Zoch Rodrigues, afirmou: “É uma honra muito grande sermos os anfitriões deste encontro”.

Os diretores culturais tiveram a oportunidade de trocar experiências e sugestões. A maioria dos participantes, mesmo representando estados com culturas diversas, relatou semelhante dificuldade, que é atrair o público, até mesmo os próprios associados, aos eventos culturais organizados pelas associações de magistrados.

A diretora do Departamento Cultural da AJURIS, Gladis de Fátima Canelles Piccini, trouxe exemplos de como a associação vem superando esse obstáculo. Uma das ações foi buscar o público externo mediante parcerias com espaços como o Theatro São Pedro e o Studio Clio. “Os eventos começaram a crescer, chamando a atenção do público interno”, relatou.

Como Associação anfitriã, a AJURIS convidou os diretores a participarem de algumas atividades culturais. Os magistrados acompanharam o V Café Cultural e também visitaram o Piquete no Acampamento Farroupilha.

## FUTEBOL

## Minas Gerais conquista Campeonato nacional de masters



A equipe de Minas Gerais sagrou-se campeã do 20º Campeonato Nacional de Futebol para Magistrados, categoria máster, realizado em Bento Gonçalves, no mês de setembro. Na final, a equipe venceu o time do Rio de Janeiro, nos pênaltis, por 5 a 4, após o empate em 1 a 1 no tempo normal. Foi a sétima conquista consecutiva dos mineiros na competição.

O treinador do time, Marcos Vinicius Mendonça, creditou o triunfo à superação e ao entrosamento do grupo – o elenco está junto desde 2005. O terceiro lugar ficou com a equipe de Santa Catarina que goleou São Paulo por 9 a 2.

Apesar de fazer 11 gols e sofrer apenas um, os gaúchos ficaram de fora da etapa decisiva. No último jogo da fase classificatória, o time precisava apenas de um empate contra os catarinenses, mas sofreu o revés nos instantes finais. A competição realizada pela AJURIS com apoio da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) teve, ao todo, dezesseis times participantes. O vice-presidente Social da AJURIS, José Antônio Azambuja Flores, destacou que o principal objetivo da organização do evento foi o de promover, não apenas um bom campeonato, mas momentos de confraternização e de amizade entre os participantes.

### OS DESTAQUES:

**CAMPEÃO:** MINAS GERAIS

**VICE-CAMPEÃO:** RIO DE JANEIRO

**TERCEIRO LUGAR:** SANTA CATARINA

**ARTILHEIRO:** GUSTAVO MENEGAZZI (SC)

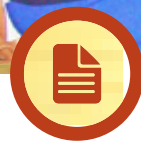
**GOLEIRO MENOS VAZADO:** RÉGIS VANZIN (RS)

**MELHOR GOLEIRO:** MARCOS REIS (SP)

**MELHOR JOGADOR:** JOÃO LUIZ NASCIMENTO (MG)

**TROFÉU DISCIPLINA:** SERGIPE

## Judiciário realiza audiências crioulas



### Audiência realizada em Pelotas

Pelotas, Gaurama, Frederico Westphalen, Palmitinho e Iraí realizaram audiências crioulas para homenagear a Semana Farroupilha em 2013. Vestindo pilcha e usando linguagem e cenários gaúchos, servidores, estagiários, voluntários, magistrado, advogados, partes e testemunhas prestaram homenagem à Revolução Farroupilha.

Em cenário típico e nas dependências de centros de Tradições Gaúchas ou em praças, foram instruídos e julgados processos. Em versos gaúchos, os advogados e o juiz de Direito encaminharam suas manifestações e o julgamento.

De acordo com o magistrado Marcelo Malizia Cabral, que presidiu a audiência crioula em Pelotas, o objetivo da ação é aproximar o Poder Judiciário da comunidade e prestar homenagem à cultura gaúcha. Para a juíza Denise Dias Freire, que presidiu a audiência em Iraí, a atividade é uma forma de prestar homenagem à cultura gaúcha.

Em Gaurama, a audiência crioula foi realizada por iniciativa da juíza Marilde Angélica Webber Goldschmidt e reuniu representantes de Áurea, Viadutos, Carlos Gomes e Centenário. Segundo o juiz José Luiz Leal Vieira, que presidiu a audiência de Frederico Westphalen, a presença do público surpreendeu positivamente, e o mais importante foi desmistificar a Justiça em praça pública na presença da comunidade. O magistrado também atuou na audiência crioula realizada em Palmitinho.

A realização de audiências crioulas pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul já constitui tradição de uma década e nesse período diversos magistrados já presidiram audiências em cenários típicos gaúchos nos municípios de Amaral Ferrador, Caiçara, Carazinho, Cerrito, Encruzilhada do Sul, Frederico Westphalen, Gaurama, Ijuí, Muçum, Taquaraçu do Sul e Vicente Dutra.



Cursos  
Temáticos  
Presencial  
e EAD\*

Curso de  
Preparação à  
Magistratura  
Presencial  
e EAD\*

A SUA  
FORMAÇÃO  
MERECE

Excelência  
que faz a  
liderança

\*Sistema a distância oficial

[www.escoladaajuris.org.br](http://www.escoladaajuris.org.br)



**AJURIS**  
Escola Superior  
da Magistratura

## Alunos da ESM conhecem a realidade do sistema prisional



A programação do Curso de Preparação à Magistratura da Escola da AJURIS busca incluir atividades que mostrem aos postulantes da carreira a realidade da atuação dos juízes. Com essa proposta e também com o objetivo de atender os anseios dos alunos, 34 participantes do curso visitaram a Penitenciária Estadual do Jacuí, em Charqueadas, no dia 18 de outubro.

O objetivo foi proporcionar aos candidatos a juízes a oportunidade de conferir in loco o conteúdo aprendido em sala de aula. “A ideia é de que eles conheçam na prática como é uma casa prisional”, ressalta a professora e titular da Vara de Execuções Criminais (VEC) de Novo Hamburgo, Vera Letícia de Vargas Stein, que acompanhou a visita.

O diretor da Escola, Alberto Delgado Neto, explica que, na visão da instituição de ensino, o aluno que pretende a Magistratura tem que ter contato direto com as casas de detenção, com os presidiários. “Acreditamos que isso é essencial para formar um

- futuro magistrado.” Em 2012, o diretor recorda que um grupo visitou o Presídio Central de Porto Alegre.
- Atualmente, a PEJ abriga 1.945 detentos no regime fechado, apesar de a capacidade ser de 1.422. Ao todo, são três pavilhões e quatorze galerias – uma está desativada por ter sido destruída pelos presos.
- No início do encontro, os estudantes acompanharam uma explanação sobre a Penitenciária, proferida pelo subdiretor e chefe operacional da instituição, major Fernando Silveira Abreu. Após, estiveram na sala onde é realizada a revista das visitas e na ala onde estão alojados os presos evangélicos – quando chegaram a acompanhar parte de um culto.
- Para o aluno Régis Ramalho, a visita servirá como base para que ele e seus colegas não sejam apenas juízes conhecedores de leis, mas profissionais mais humanos. “Quando passarmos no concurso, trabalharemos para uma sociedade melhor”, projeta. Priscila Cimirro concorda com o colega. “Achei uma iniciativa muito válida para mostrar como é a realidade dos apenados”, avalia.

## Preparação à Magistratura

O Curso de Preparação à Magistratura da Escola da AJURIS é oferecido na modalidade presencial e a distância. Ambas podem ser realizadas pelo currículo regular ou em módulos. Associado ou dependente de associado da AJURIS e servidor do TJRS têm 10% de desconto. Também é concedido 10% de desconto na contratação de três ou mais módulos simultaneamente. Mais informações sobre datas e valores no site [www.escoladaajuris.com.br](http://www.escoladaajuris.com.br), pelo telefone (51) 3284.9000 ou pelo e-mail [esm@ajuris.org.br](mailto:esm@ajuris.org.br).

## Editorial

**E**stamos chegando ao final do ano e do nosso período de contribuição para a Escola, já com alguma sensação de dever cumprido.

Primeiro ano focado no planejamento da reestruturação administrativa, a partir da contratação de consultorias especializadas nas áreas administrativa, financeira, tecnologia da informação, comunicação e marketing.

Segundo ano, com foco na execução do plano, buscando consolidar a nossa Escola como referência no ensino jurídico, e responsável única pela formação, capacitação e atualização de servidores e magistrados do Poder Judiciário gaúcho.

Com a parceria do Tribunal de Justiça, conseguimos aumentar consideravelmente os cursos para servidores e interiorizar os CAMs dos magistrados, resgatando o método da imersão. Todos os juízes participam dos cursos, cuja temática foi atual, tratando das questões que envolvem a jurisdição da saúde, administração judiciária, além das técnicas e benefícios da mediação e da conciliação.

Capacitamos mais de dois mil novos conciliadores e juízes leigos, com a qualidade reconhecida na área, e estamos preparando os novos servidores para a Contadoria do Foro de Porto Alegre, prestes a ser estatizada. Apenas dois exemplos dos diversos cursos que promovemos em prol do interesse público.

Cursos temáticos de diversas áreas são oferecidos a todos, sempre com a coordenação de magistrados, e esta-

- mos nos abrindo ao setor público, ainda, muito carente de formação e cobrado pela sociedade na eficiência.

- Com tudo isso, conseguimos reduzir nossa dependência excessiva do Curso de Preparação à Magistratura, nosso carro-chefe e razão de ser da Escola, mas que, por fatores diversos, inclusive de mercado, não mais trazia a segurança econômica fundamental.

- Por fim, o Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça aprovou a remessa de projeto de lei reconhecendo a Escola Superior da Magistratura-AJURIS como a escola oficial de formação, aperfeiçoamento e atualização de magistrados, chancelando-se no Parlamento a condição que desenvolve há mais de trinta anos.

- Outra notícia é a de que foi aprovada a reforma do prédio da Escola, com data de abertura das propostas prevista para o dia 2 de dezembro, às 14h30min, graças ao esforço e reconhecimento do Tribunal de Justiça da necessidade de adaptarmos nossas instalações às atuais necessidades da Escola. Início das obras para janeiro de 2014.

- Muita coisa há por fazer. Temos um mundo pela frente. Cada colega que passa pela Escola consegue fortalecer esta instituição, tão cara aos juízes do nosso país. E com a colaboração e o apoio de todos fica muito mais fácil.

- Já ia esquecendo! Para o ano que vem, mais seis CAMs de imersão já estão sendo preparados com a CGJ, agora incluindo a região de Porto Alegre. É o Tribunal de Justiça, a Corregedoria-Geral da Justiça e a nossa Escola, reconhecendo o potencial intelectual e a dedicação dos magistrados.

## Juiz por um dia apresenta cotidiano do Judiciário

*Estudantes acompanharam audiência*

O programa *Juiz por um dia*, desenvolvido pela Escola Superior da Magistratura (ESM) da AJURIS, promove dois encontros em novembro. O primeiro, no dia 13, recebeu estudantes da Universidade Federal de Pelotas, e o segundo, no dia 29, com alunos da Universidade de Cruz Alta. O objetivo do projeto é estabelecer um diálogo transparente com a cidadania, possibilitando que estudantes e bacharéis de Direito aproximem-se do Judiciário e conheçam a rotina do magistrado, o trabalho dos servidores e o funcionamento de um cartório judicial.

O programa tem como foco contribuir com a formação dos profissionais da área do Direito. A programação contemplou uma palestra na ESM, visita ao cartório de uma serventia judicial e ao gabinete de um magistrado.

Os participantes também acompanharam a realização de uma audiência. O coordenador do programa e vice-diretor da Escola, Ronaldo Barão, destaca que o diferencial da ação é que, em todos os momentos, os participantes estiveram acompanhados de um magistrado que explicou o que acontece em cada etapa por onde passa o processo. "Elaboramos uma cartilha com as informações da audiência e da função de cada pessoa que participa das sessões." Nos cartórios e no gabinete, o escrivão e o juiz também forneceram informações sobre as respectivas rotinas.

As instituições interessadas em participar do programa podem entrar em contato com a ESM pelo site [www.escoladaajuris.org.br](http://www.escoladaajuris.org.br), telefone (51) 3284-9022 ou e-mail [matheus@ajuris.org.br](mailto:matheus@ajuris.org.br).

## Projeto de lei propõe que Escola da AJURIS seja escola oficial do TJRS

Conselho da Magistratura (Comag) aprovou a proposta de remeter para a Assembleia Legislativa (AL) projeto de lei para tornar a Escola Superior da Magistratura (ESM) a instituição de ensino judicial oficial do Tribunal de Justiça. A proposta agora deverá ser aprovada pelo Órgão Especial para ser remetida à AL. A Escola da AJURIS é considerada o braço acadêmico do Tribunal de Justiça, reconhecida por um ato administrativo de 1980 do Órgão Especial. Mas a necessidade de tornar lei essa parceria veio com a Resolução nº 159 do CNJ, que determina que todos os Tribunais tenham uma escola judicial.

O projeto de lei proposto reconhece a ESM como escola oficial para organizar e ministrar cursos de formação e aperfeiçoamento de magistrados e servidores vinculados

ao Poder Judiciário do Rio Grande do Sul. "Isso nos dará segurança de que todos os cursos que o Tribunal necessitar, para qualificar e especializar magistrados e servidores, deverão ser realizados com a Escola da Ajuris", explica o vice-diretor da Escola, Ronaldo Barão. O magistrado completa que a medida retira a obrigação do Tribunal de criar uma escola judicial, o que necessitaria de grande investimento, e se aproveita a estrutura e expertise da ESM, que é a mais antiga do país.

A pedido da Direção da Escola, o Tribunal de Justiça também autorizou a realização de obra no prédio. O edital para contratação de empresa responsável está em andamento, e os envelopes com as propostas serão abertos no dia 2 de dezembro. A previsão é de que as obras iniciem em janeiro contemplando sistema de ar condicionado, elevadores, elétrica e solução para infiltrações. Também será realizada obra para transferir a secretaria da Escola para o primeiro andar.



## Formação de Conciliadores e Juízes Leigos

Em 2013, a Escola realizou duas edições do Curso de Formação de Conciliadores e Juízes Leigos TJRS, com o objetivo de atuarem nos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Estado. A primeira turma formou mais de duas mil pessoas em cursos presenciais em Porto Alegre e a distância para o Interior. Em novembro, mais um grupo com quatrocentos participantes iniciou a capacitação sobre o tema.



*CAM sobre Direito Público abordou 25 anos da Constituição*

**E**m 2014, a Escola já definiu em conjunto com a Corregedoria-Geral da Justiça que serão realizados seis Cursos de Atualização para Magistrados (CAMs) no interior do Estado. Conforme o diretor da Escola, Alberto Delagado Neto, será mantida a estratégia de se aproximar das áreas de atuação dos juízes levando os cursos ao Interior. As atividades serão realizadas em Viamão, São Lourenço, Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Maria e São Miguel das Missões.

Neste ano, a última edição do evento será realizada em Torres, nos dias 20, 21 e 22 de novembro, sobre tema ge-

ral. Em outubro, o CAM sobre Direito Público realizado na Capital abordou os 25 anos da Constituição Brasileira; os Efeitos das Decisões no Controle de Constitucionalidade e o Problema das Súmulas; Previdência Pública, Questões Controvertidas; dentre outros temas.

Em Pelotas, o curso destacou, entre outros temas, Judicialização da Saúde: A Experiência da Mediação Como Política e Mediação e Conciliação; O Juiz Como Gestor Público; Internação Compulsória: Solução ou Inconstitucionalidade?. Também foram realizadas edições em Santana do Livramento, São Miguel das Missões e Bento Gonçalves.

## Capacitação à Prova Oral de Juiz

Com o objetivo de capacitar os alunos para a prova oral do concurso para Juiz de Direito Substituto, a ESM promoveu, em outubro, o Curso Intensivo de Preparação à Prova Oral – Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS). Os alunos tiveram preparação psicológica e de conteúdo, quando foram questionados por dois examinadores em seis grupos de matérias, segundo a lógica prevista no edital.

No primeiro semestre deste ano, foram desenvolvidas duas edições presenciais do Curso Intensivo de Preparação à Prova de Sentença – Juiz de Direito. Por sugestão dos alunos, foram realizadas duas continuções da modalidade presencial e também uma edição do curso pelo EAD.

## Cursos de Extensão a Distância

Pela plataforma de ensino a distância da Escola da AJURIS, foram realizados cursos temáticos neste último semestre. Os cursos de extensão visam atualizar, ampliar e difundir conhecimento nos diversos ramos da área do Direito e proporcionar oportunidades a bacharéis e/ou graduandos que objetivam sucesso em concursos públicos.

Seguridade Social foi um dos temas, que teve aulas ministradas pelo juiz federal Daniel Machado da Ro-

cha. Direito Ambiental, foi ministrado pela professora Annelise Monteiro Steigleder. E outra capacitação sobre Direito Tributário contemplou aulas do professor Felipe Ferreira Silva.

Essa plataforma é a mesma utilizada para as aulas do Curso de Preparação à Magistratura que disponibiliza, em um ambiente virtual, vídeos, acervo para estudo, exercícios online, interatividade em fóruns e aulas interativas.

## Os Desafios da Sustentabilidade

O curso Direito Ambiental: Os Desafios da Sustentabilidade abordou os temas: Princípios, SISNAMA, EPIA/RIMA e Licenciamento, Responsabilidade Civil, Penal e Administrativa e Código Florestal. A coordenação ficou a cargo do desembargador aposentado do Tribunal de Justiça do RS Eladio Lecey e da juíza de Direito Patrícia Antunes Laydner.

## Curso destaca Direitos do Consumidor

Nas aulas do curso Os Novos Direitos do Consumidor: Aspectos materiais e processuais foram abordados temas como: Direito Básico do Consumidor, Conceitos, Princípios, Responsabilidade, Oferta e Publicidade, Práticas Abusivas de Bancos de Dados e Crédito ao Consumo. O curso foi coordenado pela juíza de Direito Káren Rick Danilevicz Bertoncello.